



SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE AGENTE DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

Domingo, 1 de dezembro de 2013.

Curso de Formação Profissional: Agente Prova Objetiva Específica - 1ª Prova

Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.

1. Este caderno de provas contém **35 questões**.
2. Sobre a carteira, deverão ficar apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta.
3. Durante as provas, o(a) candidato(a) que necessitar se ausentar da sala de prova, por qualquer motivo, só poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.
4. É de responsabilidade do candidato conferir o caderno de prova e o cartão de resposta, em cada aplicação de prova, inclusive nome e número do documento de identificação, no momento em que recebê-lo. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
5. Se desejar, o (a) candidato (a) poderá utilizar a folha intermediária de respostas como rascunho para registrar as alternativas escolhidas.
6. O candidato deverá transferir, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta, as respostas objetivas para o cartão de resposta, que será o único documento válido para a correção das provas. Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão de resposta.
7. Durante as aplicações das provas objetivas específicas do curso de formação profissional não será permitido:
 - portar e/ou utilizar armas de qualquer natureza, bolsas e similares, óculos escuros, lenços, itens de chapelaria, celulares ou quaisquer aparelhos que permitam transmissão e recepção de dados, outros equipamentos eletrônicos e/ou digitais e ainda relógios de qualquer natureza;
 - a troca de materiais entre os candidatos ou a consulta de qualquer natureza;
 - utilizar papel não fornecido pelo Núcleo de Seleção;
 - receber auxílio para execução das provas;
 - o uso de borrachas, canetas fabricadas em material não transparente, lapiseiras e folha de rascunho.
8. É de responsabilidade do candidato **destacar a sua identificação** do cartão de resposta.

OBSERVAÇÃO: Os responsáveis pela aplicação da prova não estão autorizados a fornecer informações sobre ela.

Identificação do candidato

Folha Intermediária de Respostas
Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d



Evidências Diversas e Local de Crime**Questão 1**

Quanto à disposição dos vestígios, os cenários de crimes podem ser:

- a) internos ou externos.
- b) idôneos ou inidôneos.
- c) imediatos, mediatos ou relacionados.
- d) idôneos, mistos ou relacionados.

Questão 2

Locais de crimes podem ser considerados idôneos ou inidôneos, conforme o caso concreto. As referidas classificações referem-se:

- a) à preservação.
- b) ao isolamento.
- c) à natureza do fato.
- d) à disposição dos vestígios.

Questão 3

Quanto à natureza do fato, locais de furto e de dano classificam-se do seguinte modo:

- a) locais de crimes de trânsito.
- b) locais de crimes contra a pessoa.
- c) locais de crimes contra o patrimônio.
- d) locais de crimes contra a incolumidade pública.

Questão 4

No que se refere à reprodução simulada, pode-se concluir o seguinte:

- a) não tem valor legal, devendo ser abandonada e substituída por outros procedimentos policiais.
- b) jamais deve ser realizada pelos mesmos peritos criminais que originalmente atenderam a ocorrência, em razão de vedação legal explícita.
- c) deve, sempre que possível, contar com a participação das mesmas pessoas que, direta ou indiretamente, tenham participado do fato.
- d) é incapaz de detectar contradições nas versões dos envolvidos, bem como é imprestável para a verificação da viabilidade de determinados depoimentos.

Questão 5

“Circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.” A frase citada expressa o conceito de:

- a) pista.
- b) indício.
- c) vestígio.
- d) evidência.

Espaço para rascunho



Questão 6

Segurança Pública expressa um conjunto de garantias exigidas do Estado para a tutela dos direitos fundamentais dos cidadãos, dos quais faz parte a

- a) prestação de serviços comunitários.
- b) salvaguarda de informações.
- c) arrecadação de tributos.
- d) integridade física.

Questão 7

Direitos Humanos é algo que se deve agregar à função policial e esses direitos foram reafirmados pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da

- a) Convenção Australiana de Direitos Econômicos.
- b) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- c) Carta Asiática.
- d) Lei de Talião.

Questão 8

Direitos Humanos são considerados fundamentais porque asseguram

- a) a livre faculdade do contribuinte de cumprir a lei.
- b) a participação obrigatória do indivíduo em associações.
- c) o direito do cidadão ao usucapião, à escravidão e à servidão.
- d) a existência da pessoa humana e sua capacidade de desenvolvimento.

Questão 9

É um conjunto de pessoas com características especiais, em decorrência das quais podem tornar-se mais suscetíveis à violação de direitos. Ex: mulheres, crianças e adolescentes, idosos, homossexuais, pessoas com deficiência física ou sofrimento mental. Tal enunciado refere-se a

- a) minorias.
- b) excluídos.
- c) grupos vulneráveis.
- d) sociedades anônimas.

Questão 10

Ausência de processos normativos e descrença naquilo que regula a vida em comum. Tal fenômeno diz respeito à

- a) anomia social.
- b) justiça criminal.
- c) área de exclusão.
- d) greve de servidores.

Questão 11

Os direitos fundamentais aplicam-se a todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, sexo, raça, credo ou convicção político-filosófica. Tal afirmação versa sobre a relação entre Direitos Humanos e Estado, consolidando o Princípio da

- a) Razoabilidade
- b) Universalidade
- c) Imprescritibilidade
- d) Proporcionalidade



Questão 12

Com base na relação entre Direitos Humanos e Estado, aplica-se o Princípio da Efetividade, segundo o qual

- a) o poder público deve atuar de modo a garantir a efetivação dos direitos e garantias fundamentais, usando inclusive mecanismos coercitivos quando necessário.
- b) o Estado deve buscar a efetivação das garantias individuais porque esses direitos se satisfazem com o simples reconhecimento abstrato.
- c) a União deve efetivar normativas para facultar às diversas unidades da federação a livre adesão aos direitos fundamentais da pessoa humana.
- d) os entes políticos devem efetivar a possibilidade de transferência dos direitos fundamentais de uma para outra pessoa, seja gratuitamente ou mediante pagamento.

Questão 13

“É um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc” (FOUCAULT, 1984, p. 26). O autor assim conceitua

- a) a moral
- b) a ética
- c) o consciente
- d) o inconsciente

Questão 14

O estudo do comportamento humano é a investigação sobre o que é bom e o que é mau e sobre o modo de se estabelecerem, histórica e teoricamente, normas válidas para todos. Essa definição corresponde

- a) à moral.
- b) à ética.
- c) aos direitos fundamentais dos cidadãos.
- d) aos direitos internacionais humanitários.

Questão 15

O que vale é a intenção, a boa vontade; o que vale é cumprir a vontade de Deus ou a lei que existe, independente do fato de que o cumprimento da lei me traga maior benefício, me dê felicidade, independente portanto, dos resultados práticos, imediatos. Fazer o bem é cumprir a norma, independente do resultado que isso trará. Essa é a perspectiva

- a) do Princípio da Irrenunciabilidade.
- b) da Ética da Responsabilidade.
- c) do Princípio da Legalidade.
- d) da Ética da Convicção.

Espaço para rascunho



Investigação de Homicídios**Questão 16**

O Direito Penal dispõe o seguinte:

- a) matar para receber herança configura homicídio qualificado por motivo torpe.
- b) matar alguém por motivo de relevante valor moral configura homicídio simples.
- c) a qualificadora do homicídio com emprego de veneno dá-se quando o autor revela à vítima que lhe introduzirá veneno e a obriga ingerir essa substância venenosa contra sua vontade expressa.
- d) para que se considere consumado o homicídio não basta a cessação definitiva apenas da atividade cerebral, sendo imprescindível também que já não haja mais função cardiopulmonar na vítima.

Questão 17

O Direito Penal dispõe o seguinte:

- a) a eliminação da vida intrauterina pode configurar aborto ou infanticídio.
- b) diz-se qualificado o homicídio por motivo de relevante valor moral ou social.
- c) a eutanásia é um exemplo de homicídio por motivo de relevante valor moral.
- d) é homicídio simples aquele praticado sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima.

Questão 18

Sobre o crime de homicídio, tem-se o seguinte:

- a) diz-se privilegiado o homicídio praticado para assegurar vantagem de outro crime.
- b) o assassinato intencional, mediante esganadura, configura hipótese de homicídio simples.
- c) tiro nas costas e tiro pelas costas são expressões equivalentes e que tornam o homicídio qualificado.
- d) considera-se qualificado o homicídio cometido para assegurar a execução de outro crime.

Questão 19

Sobre as providências policiais tomadas em investigação de crime de homicídio, tem-se o seguinte:

- a) é obrigatório o comparecimento ao local do crime para providenciar que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- b) caberá apenas à autoridade policial a coleta de provas técnicas em local de homicídio.
- c) a autoridade policial não poderá proceder à reprodução simulada de homicídio para saber o modo como foi praticado, pois essa medida contraria a ordem pública.
- d) se os peritos criminais não apreenderam certo objeto em local de homicídio é porque esse objeto não interessa à investigação e, sendo assim, também não será apreendido pela autoridade policial.

Questão 20

Em relação à investigação de homicídio, tem-se o seguinte:

- a) corpo de delito é apenas o cadáver da vítima.
- b) a prova testemunhal pode suprir a falta do exame de corpo de delito.
- c) o exame de corpo de delito pode ser suprido pela confissão do autor.
- d) quando houver vestígio, não é obrigatório o exame de corpo de delito, direto ou indireto.

Questão 21

Consideram-se elementos imprescindíveis à existência do crime de homicídio:

- a) testemunha, instrumento, tempo.
- b) vítima, instrumento, lugar, tempo.
- c) vítima, testemunha, lugar, motivo.
- d) autor, vítima, premeditação, motivo.



Questão 22

Na investigação do crime de homicídio, verifica-se que

- a) não se procede à inquirição de testemunha criança, porque seu depoimento é naturalmente frágil.
- b) o suspeito só deve ser inquirido ao final da investigação, quando já houver elementos de informação que permitam o seu indiciamento.
- c) a confissão, embora importante como informação complementar, não é o fim principal da investigação, porque, sozinha, não tem força probatória.
- d) por presunção, as hipóteses mais simples para esclarecimento do homicídio devem ser descartadas das estratégias que serão adotadas na investigação.

Questão 23

Sobre locais de crime de homicídio, verifica-se que

- a) local relacionado é aquele fisicamente separado do lugar onde está o corpo de delito, mas a ele ligado por algum detalhe relevante para a investigação.
- b) local imediato é o espaço físico diverso do lugar onde se encontram o corpo da vítima e os vestígios do homicídio, porém a ele ligado fisicamente.
- c) local externo é o ambiente onde o homicídio foi cometido e que apresenta lados e parte superior delimitados por obras naturais ou humanas.
- d) local interno é o lugar no qual foi praticado crime de homicídio e se caracteriza pela ausência de barreiras físicas naturais ou humanas em suas laterais e ponto superior.

Questão 24

Sobre a reconstrução visuográfica de local de homicídio, verifica-se que

- a) substitui o laudo de exame pericial.
- b) é peça de informação elaborada pelos peritos criminais.
- c) não está expressamente prevista no Código de Processo Penal.
- d) tem por finalidade única a descrição pormenorizada do cadáver.

Questão 25

Sobre exames periciais utilizados em investigação de homicídio, tem-se que

- a) os gêmeos univitelinos têm DNA e impressões digitais diferentes.
- b) o exame de pesquisa de chumbo e pólvora não apresenta resultado conclusivo.
- c) sem laudo de exame cadavérico não é possível concluir investigação de homicídio.
- d) o exame de DNA revela características físicas da pessoa submetida a essa análise pericial.

Espaço para rascunho



Questão 26

O investigador, durante uma entrevista com um suspeito, deve

- a) perguntar corretamente.
- b) ignorar negativas de autoria.
- c) fazer registros ostensivamente.
- d) evitar observar diretamente o suspeito.

Questão 27

Durante a investigação policial, na fase de coleta de dados no local de crime, o suspeito deve

- a) acompanhar todos os depoimentos mais importantes.
- b) ser separado das testemunhas e de outros suspeitos.
- c) ser informado de todas as provas existentes contra ele.
- d) ser questionado juntamente com as testemunhas dos fatos.

Questão 28

Em alguns tipos de investigação, o investigador deverá ocultar sua identidade funcional, assumindo outra que lhe permita acesso ao entrevistado, sem revelar a finalidade da entrevista, utilizando a técnica da entrevista

- a) mista.
- b) cognitiva.
- c) estruturada.
- d) encoberta.

Questão 29

A técnica de investigação para coleta de dados, quando se exige seguir um veículo, é chamada de

- a) campana fixa.
- b) campana remota.
- c) campana imediata.
- d) campana móvel.

Questão 30

Na investigação policial, DADOS são

- a) informações fora de contexto.
- b) informações tratadas.
- c) informações manipuladas.
- d) informações organizadas.

Questão 31

A investigação criminal de segmento ocorre

- a) logo após a notícia do crime.
- b) nas ações durante o local de crime.
- c) após a polícia deixar o local do crime.
- d) em crimes conexos ao fato investigado.

Espaço para rascunho



Questão 32

Os princípios constitucionais que norteiam os atos da Administração Pública também servem de referência ao investigador em sua atividade. O investigador que, durante a investigação de um crime, utiliza a repercussão do fato para sua promoção pessoal viola o princípio da

- a) impessoalidade.
- b) moralidade.
- c) legalidade.
- d) eficiência.

Questão 33

Na investigação de ações praticadas por organizações criminosas, é permitida, mediante circunstanciada autorização judicial, a técnica de investigação chamada de:

- a) escoramento
- b) detonamento
- c) vazamento
- d) infiltração

Questão 34

O estudo exploratório é o diagnóstico desenvolvido pela análise de "onde se está" e "como se está", envolvendo o levantamento de dados das circunstâncias e do ambiente onde ocorreu o evento. O estudo exploratório utiliza dados de:

- a) estudo de caso
- b) fontes primárias
- c) observação formal
- d) estatísticas oficiais

Questão 35

A investigação cartorária ocorre

- a) no ambiente de trabalho dos peritos criminais.
- b) durante as investigações no local de crime.
- c) nas diligências de campana e infiltração.
- d) no âmbito do cartório da organização policial.

Espaço para rascunho



